

## Carta aos Presidenciáveis

### Estrutura:

#### I. Introdução

#### II. Eixos com Propostas

### Introdução

O Brasil tem o que o mundo está procurando: energia limpa, solo produtivo, uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta e décadas de liderança em biocombustíveis. Essa natureza é a nossa maior infraestrutura econômica, e o mundo está disposto a pagar por ela. Mas nenhuma vantagem competitiva se sustenta sozinha: ela exige planejamento, políticas que atravessem governos e um setor produtivo disposto a converter riqueza natural em prosperidade duradoura.

Há mais de uma década, o CEBDS contribui com recomendações para os planos de governo dos candidatos à Presidência. Nesta carta, ao lado de mais de 110 empresas associadas, responsáveis por cerca de um terço do PIB nacional, apresentamos um novo conjunto de propostas para o debate eleitoral e para a construção de uma agenda de desenvolvimento para o país. Não se trata da pauta de um setor, de um partido ou de um mandato, mas de um projeto de país.

As propostas estão organizadas em três eixos que se complementam: proteger e restaurar a natureza, reconhecendo florestas, rios, solos e biodiversidade como infraestrutura essencial; acelerar a economia verde, fortalecendo energias renováveis, biocombustíveis, bioeconomia e uma indústria de baixo carbono; e financiar essa transformação, com instrumentos capazes de atrair capital privado e dar segurança jurídica de longo prazo.

O Brasil já provou que sabe fazer isso: a matriz elétrica limpa, a produtividade do agro e a redução do desmatamento na Amazônia são resultado de décadas de decisões que atravessaram diferentes governos. O que falta agora é dar o mesmo tratamento a essa nova agenda: transformá-la em política de Estado, e não de governo, com regras que durem mais que um mandato e continuidade que não recomece do zero a cada eleição. É essa a condição para que o capital privado invista e cresça junto com o país, em cada canto do território.

### Eixo 1: Proteger e Restaurar a Natureza

Florestas, rios, solos e biodiversidade sustentam a produção de alimentos, a geração de energia, a segurança hídrica e a qualidade de vida dos brasileiros. Quando a natureza adocece, a conta chega para todo mundo: na água que falta, na energia que encarece e na comida que sobe de preço. Proteger esse patrimônio não é apenas uma agenda ambiental; é uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil.

Para fortalecer essa base do crescimento brasileiro, o CEBDS propõe uma agenda de cinco frentes complementares:

1. Avançar da contenção do desmatamento para uma economia da restauração, valorizando a vegetação nativa em pé como ativo econômico e climático.
2. Ampliar os incentivos à restauração florestal e à recuperação de solos, com mecanismos que

recompensem quem conserva, restaura e produz com mais resiliência.

3. Produzir mais alimentos, por mais tempo e emitindo menos, por meio da expansão dos sistemas agroalimentares de baixa emissão.
4. Fortalecer a segurança hídrica e a gestão das bacias hidrográficas, protegendo a água que sustenta cidades, indústrias e lavouras.
5. Proteger a fauna e a flora brasileiras, incorporando a biodiversidade como ativo estratégico para os negócios e para a competitividade do país.

Como a preservação das florestas e o incentivo ao reflorestamento atravessam todas essas frentes, o CEBDS propõe como principal indicador de monitoramento a área de cobertura de vegetação nativa primária e secundária. Esse indicador busca refletir tanto os esforços de conservação quanto às iniciativas de restauração e recuperação de áreas degradadas. Embora não meça diretamente aspectos como água e biodiversidade, ele funciona como um bom sinalizador da saúde desses temas, que estão profundamente interligados.

Detalhes sobre as cinco propostas do eixo Proteção e Restauração do Capital Natural encontram-se nas próximas páginas.

## **I. Passar do combate ao desmatamento à economia da restauração**

O Brasil avançou no controle do desmatamento ilegal, obtendo reduções comparáveis aos menores níveis da série histórica, resultado de estratégias mais firmes de comando e controle. Esse avanço é importante, mas não basta. Para consolidar o papel do país como potência climática e transformar a natureza em vetor de desenvolvimento, é preciso ir além da fiscalização e criar mecanismos que valorizem as florestas em pé e o solo recuperado como ativos econômicos de alto valor.

Embora as emissões associadas à mudança de uso da terra ainda sejam relevantes, o desafio ganhou novas camadas com o aumento das queimadas impulsionadas pela crise climática. Isso exige uma nova geração de políticas públicas: políticas que enfrentem o ilícito, mas também estimulem a restauração florestal e a agricultura regenerativa, ambas em larga escala, fortalecendo a resiliência produtiva, a segurança hídrica e alimentar, e a base econômica do agronegócio e da energia.

Para fortalecer essa transição, propomos ampliar os instrumentos econômicos capazes de criar um pipeline robusto de projetos de conservação e restauração da vegetação nativa. Isso inclui consolidar mecanismos como o Tropical Forest Finance Facility (TFFF), facilitar o acesso a recursos do Fundo Amazônia para projetos de impacto, ampliar o valor agregado dos produtos da floresta e fortalecer a bioeconomia nacional. Também é essencial alinhar essas iniciativas ao Roadmap do Desmatamento da Presidência da COP30 e criar novos incentivos de inseting, para que capital nacional e internacional financie diretamente a manutenção do capital natural dentro das cadeias produtivas.

Proteger e restaurar a natureza é uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil. O compromisso de interromper o desmatamento ilegal até 2030 deve ser o ponto de partida para uma economia de baixo carbono, mais próspera, mais resiliente e mais preparada para crescer com a floresta em pé.

## **II. Garantir incentivos à restauração florestal e recuperação de solos**

Para fortalecer a base do crescimento brasileiro, a consolidação do Brasil como potência agroambiental precisa caminhar junto com políticas ambiciosas de restauração ecológica, agricultura regenerativa e

mitigação de emissões. Ampliar a capacidade de remoção de gases de efeito estufa (GEE) é essencial para impulsionar o crescimento econômico e permitir que o país cumpra, com protagonismo, suas metas climáticas. Fazer da regeneração da natureza uma nova fronteira de desenvolvimento significa transformar áreas degradadas, vegetação nativa e solos recuperados em ativos de valor para o país.

O Estado brasileiro já dispõe de instrumentos relevantes para avançar nessa direção. Por meio do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG 2.0), o país assumiu o compromisso de restaurar 12 milhões de hectares de vegetação nativa até 2030, fortalecendo a resiliência dos ecossistemas e ampliando os serviços ambientais. No caso das áreas degradadas, a execução do Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas (PNCPD) estabelece a meta de recuperar até 40 milhões de hectares em dez anos, devolvendo produtividade e viabilidade econômica a essas áreas.

Recuperando essas áreas, e transformando-as em sistemas produtivos mais eficientes, reduz-se a pressão por novas aberturas na fronteira agrícola e concilia a expansão da produção com conservação ambiental. Ampliar os incentivos à recuperação da natureza é, portanto, uma forma de garantir produtividade e resiliência para as próximas gerações. Nesse caminho, é fundamental avançar na consolidação da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (Lei 14.119/2021) e no aprimoramento de mecanismos de precificação de carbono como o REDD+.

A criação de instrumentos financeiros robustos será decisiva para remunerar produtores rurais e outros agentes que preservam além das exigências legais, alinhando incentivos econômicos à conservação ambiental. Cuidar da natureza, nesse contexto, é também cuidar da competitividade do Brasil, da segurança hídrica, da produção de alimentos e do futuro do desenvolvimento nacional.

### **III. Produzir mais alimentos, por mais tempo, emitindo menos.**

O Brasil tem uma janela histórica para liderar a transição global para sistemas agroalimentares de baixa emissão e alta resiliência climática, sem abrir mão da produção. Hoje, o agronegócio nacional já consegue aumentar a produtividade enquanto reduz a intensidade de suas emissões de gases de efeito estufa. Para transformar essa vantagem em liderança consolidada, a aposta deve ser clara: fazer da agricultura regenerativa a nossa principal bandeira tecnológica, com rastreabilidade robusta do campo à mesa.

A boa notícia é que a maior parte da solução já está no campo. Dados da Coalizão de Agricultura, liderada pelo CEBDS, indicam que cerca de 80% da mitigação esperada até 2050 virá de práticas regenerativas, como sistema plantio direto, integração lavoura-pecuária-floresta, pecuária sustentável e recuperação de pastagens. A rastreabilidade é o coração dessa agenda: ela permite medir, verificar e reportar o carbono retido no solo e a vegetação nativa preservada, transformando o desempenho ambiental da fazenda em um ativo auditável e valorizado pelo mercado.

Para colocar o Brasil na vanguarda, especialmente na Amazônia e no Cerrado, é preciso acelerar a escala de instrumentos de descarbonização e transparência ao longo de toda a cadeia. Isso reduz emissões e riscos de Escopo 3, abre mercados que pagam mais pela sustentabilidade e reconhece internacionalmente a descarbonização feita no campo.

Ao mesmo tempo, é fundamental ampliar o acesso a capital catalítico e estruturas de blended finance, que aceleram a adoção de tecnologias de monitoramento e práticas regenerativas, e fortalecer o Plano ABC+ com critérios de sustentabilidade no centro das linhas de crédito rural. O CEBDS propõe usar métricas de agricultura regenerativa para diferenciar taxas de juros, premiando o produtor que comprova eficiência climática. O impacto pode ser expressivo: segundo Cerri et al. (2024)<sup>1</sup>, a adoção em larga escala

de práticas agropecuárias sustentáveis e regenerativas pode sequestrar cerca de 39% das emissões agrícolas nas Américas em 20 anos. Ao integrar produtividade, conservação e rastreabilidade, o Brasil constrói um modelo de desenvolvimento que valoriza a sociobiodiversidade e garante sua liderança na economia climática global.

#### **IV. Fortalecer nossa segurança hídrica e a gestão de bacias**

<sup>1</sup> CERRI, Carlos Eduardo Pellegrino et al. Carbon farming in the living soils of the Americas. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, v. 8, p. 1481005, 2024.

Projeções climáticas mostram que o país precisa tratar a segurança hídrica como prioridade central da agenda de adaptação. As mudanças nos padrões de chuva aumentam o risco de escassez em bacias hidrográficas estratégicas e exigem uma gestão dos recursos hídricos mais integrada e eficiente, capaz de proteger mananciais, ampliar o reúso da água, apoiar o manejo sustentável das bacias e preservar as infraestruturas naturais que garantem abastecimento para a população, a biodiversidade e os setores produtivos.

Ampliar os incentivos à recuperação da natureza também significa cuidar da água com mais inteligência e previsibilidade. Nesse sentido, a criação de um marco regulatório nacional robusto para o reúso da água é uma medida estratégica para reduzir o estresse hídrico, dar segurança jurídica aos investimentos e estimular a adoção dessa prática como parte estruturante da matriz hídrica. A harmonização entre a legislação federal e as normas estaduais é essencial para superar assimetrias regulatórias e acelerar a implementação de soluções em escala.

Cuidar da água que abastece cidades, indústrias e lavouras exige ainda educação ambiental e letramento hídrico. É preciso envolver prestadores de serviço, agentes fiscalizadores e usuários finais para superar preconceitos sobre o uso de efluentes tratados e consolidar uma nova cultura de valorização do recurso. Esse esforço é ainda mais urgente diante da gravidade do panorama hídrico brasileiro: milhões de pessoas ainda não têm acesso à água potável e ao saneamento, enquanto a gestão eficiente de bacias e a circularidade da água se tornam decisivas para universalizar serviços, reduzir pressões sobre os sistemas e garantir a perenidade do desenvolvimento brasileiro.

#### **V. Proteger a flora e fauna brasileiras: Estimular a adoção de práticas empresariais alinhadas à agenda de biodiversidade**

Proteger a fauna e a flora do Brasil é também proteger um ativo estratégico para os negócios e para o futuro do país. Em consonância com o Marco Global de Biodiversidade, o CEBDS defende que o Estado avance na implementação de planos nacionais alinhados às metas estabelecidas, com foco na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais, além de padrões mais sustentáveis de consumo e produção.

Essa agenda exige fortalecer as capacidades técnicas do setor empresarial, ampliar o monitoramento e incentivar a avaliação e a divulgação transparente dos impactos, riscos e dependências associados à biodiversidade. O objetivo é fazer com que a natureza passe a ocupar um lugar mais claro nas decisões de negócio, na gestão corporativa e nos processos de reporte.

O setor empresarial brasileiro já começou esse movimento, ainda que de forma gradual. Segundo o *Reporting Matters 2025*<sup>2</sup>, 19% dos relatórios avaliados fazem referência a frameworks de reporte relacionados à natureza, como a TNFD (Taskforce on Nature-related Financial Disclosures) e/ou o CDP, enquanto 35% das empresas já reconhecem biodiversidade e ecossistemas como temas materiais para

seus negócios. Para acelerar esse avanço, é fundamental mobilizar recursos do orçamento público, ampliar aportes estaduais e municipais, atrair recursos externos e criar incentivos públicos e privados voltados à biodiversidade e à sociobiodiversidade.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://biblioteca.cebds.org/reporting-matters-2a-edicao>

## Eixo 2: Transformação Produtiva e Inovação Verde

O Brasil assumiu o compromisso de tornar sua economia neutra em emissões de carbono até 2050. Para alcançar esse objetivo, um passo fundamental é desvincular o crescimento econômico das emissões de carbono, garantindo que a economia brasileira continue a se expandir enquanto as emissões nacionais diminuem.

Para viabilizar esse processo de desacoplamento, o CEBDS definiu quatro prioridades principais:

- (i) expandir as energias renováveis, por meio do desenvolvimento de sistemas de armazenamento de energia e da consolidação de novas indústrias energéticas, como a do hidrogênio verde;
- (ii) impulsionar a reindustrialização do país, com o aumento da produção de biocombustíveis e a adoção de processos de eletrificação, transformando vantagens comparativas em vantagens competitivas;
- (iii) fortalecer cadeias de valor na bioeconomia, promovendo maior agregação de valor a produtos florestais e reduzindo os incentivos econômicos ao desmatamento;
- (iv) ampliar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias verdes, fomentando a inovação e a formação de mão de obra qualificada.

Na análise dessas quatro prioridades, o CEBDS considera que **o principal indicador a ser observado é a intensidade de carbono da economia (emissões de CO<sub>2</sub> por PIB)**. Ao combinar a expansão da base produtiva nacional, por meio do crescimento nos setores energético, industrial e da bioeconomia, além do estímulo à inovação, com a redução das emissões de gases de efeito estufa, o Brasil avançará rumo a uma economia de baixo carbono, mais sofisticada e com maior valor agregado.

### VI. Expandir as energias renováveis

O Brasil precisa aproveitar o momento para transformar seus desafios energéticos em oportunidades de desenvolvimento. As estiagens e secas mais intensas, ligadas às mudanças climáticas, têm reduzido a geração das hidrelétricas, que ainda são uma base importante da nossa matriz. Ao mesmo tempo, a energia eólica e solar avançam, mas a expansão dessas fontes trouxe um novo desafio: a falta de transmissão suficiente e a baixa flexibilidade do sistema fazem com que parte dessa geração limpa precise ser reduzida ou interrompida em alguns momentos, o que compromete a eficiência do sistema.

Esse cenário cria distorções econômicas e pode desestimular novos investimentos em energias renováveis justamente quando a demanda por eletricidade cresce. O avanço da economia, a eletrificação de setores produtivos, a produção de hidrogênio verde para exportação e a expansão dos data centers no país ampliam essa pressão. Se não enfrentarmos esse desafio com um planejamento sólido e rapidez, cresce o risco de acionar mais usinas termelétricas em períodos de escassez hídrica, com aumento das emissões e perda de competitividade para o setor elétrico.

Para virar essa página, o Brasil precisa avançar com um marco regulatório claro para o armazenamento de energia. Baterias e outras soluções de armazenamento ajudam a reduzir a sazonalidade das renováveis e a dar mais estabilidade às tarifas. Esse movimento também pode estimular a produção nacional de baterias, aproveitando a riqueza mineral do país para agregar valor à economia e fortalecer a indústria em um setor estratégico. Ao mesmo tempo, é preciso modernizar a infraestrutura de transmissão, ampliando sua capacidade e sua resiliência para integrar melhor as novas fontes e promover a eletrificação de sistemas emissores.

A ampliação do uso de sistemas de armazenamento, especialmente baterias, pode acelerar a eletrificação no Brasil, fundamental para descarbonizar o transporte e a indústria. Quando combinada com biocombustíveis, essa transição fortalece o perfil de baixo carbono da economia brasileira, contribui para o cumprimento da NDC no Acordo de Paris e amplia a competitividade do país em mercados que já precificam carbono, como a União Europeia.

## **VII. Fomentar a reindustrialização verde do Brasil: biocombustíveis e eletrificação**

A indústria brasileira é uma das chaves para um crescimento mais forte, mais competitivo e mais capaz de gerar empregos de qualidade. Desde os anos 1980, sua participação no PIB vem caindo e reverter esse movimento é essencial para recolocar o país no mapa das cadeias globais de valor. Nesse caminho, biocombustíveis e eletrificação se destacam como duas grandes oportunidades para transformar nossas vantagens comparativas em competitivas em produtividade, inovação e liderança.

As Coalizões Setoriais desenvolvidas pelo CEBDS ressaltam que a eletrificação representa uma transformação estrutural do consumo de energia em toda a economia. No setor de minerais críticos, diferentes minerais são usados em produtos essenciais para a descarbonização, como turbinas eólicas, painéis solares e baterias elétricas. O Brasil conta com grande potencial para suprir essa demanda global, dado a grande diversidade mineralógica do nosso país.

No setor de Transportes, a eletrificação avança como solução por meio da adoção crescente de veículos elétricos para passageiros e cargas. Na indústria, a eletrificação consegue transformar as emissões setores intensivos em energia, como aço, cimento, alumínio e vidro, incorporem soluções inovadoras, por meio da eletrificação de processos produtivos, combinando o uso de matérias-primas de menor intensidade de carbono, biorredutores e novas tecnologias como o hidrogênio renovável de baixa emissão.

Já a expansão dos biocombustíveis conecta agricultura, energia e indústria, e abre espaço para uma economia mais integrada e sustentável. Quando essa produção caminha junto com a recuperação de pastagens degradadas, o Brasil ganha em retenção de carbono no solo e em proteção da vegetação nativa. Ao mesmo tempo, investir em amônia renovável para fertilizantes de baixa emissão eleva o valor agregado do campo e fortalece práticas agrícolas mais sustentáveis.

No setor energético, os biocombustíveis podem impulsionar os eletrocombustíveis, aproveitando o CO<sub>2</sub> biogênico das biorrefinarias como insumo para combustíveis sintéticos de baixo carbono. Na indústria, uma distribuição espacial mais eficiente das biorrefinarias melhora a logística, reduz gargalos e ajuda a interiorizar a produção, levando desenvolvimento para mais regiões do país.

No cenário internacional, o Compromisso de Belém reforça a relevância crescente dos biocombustíveis na transição energética global e o Brasil tem condições de ocupar posição de liderança. Para ampliar a presença dos biocombustíveis brasileiros no mercado externo, é importante adotar a rastreabilidade Book and Claim, que separa os atributos ambientais do produto físico. E, para fortalecer essa agenda, o Estado

brasileiro deve se empenhar em mostrar que biocombustíveis

são uma solução para a descarbonização global e que biocombustíveis, eletrificação e baterias não competem entre si: são soluções complementares para acelerar a reindustrialização e consolidar uma economia de baixo carbono.

### **VIII. Fortalecer cadeias de valor na bioeconomia**

Reduzir o desmatamento no Brasil passa por ir além de fiscalizar e punir. É preciso dar valor real à floresta em pé, proteger terras públicas da especulação e cortar os incentivos que ainda favorecem a conversão ilegal do solo. Nesse caminho, a bioeconomia aparece como uma oportunidade concreta de desenvolvimento: o mercado global de produtos compatíveis com a floresta movimenta cerca de US\$ 200 bilhões, e a Amazônia brasileira ainda participa de forma muito pequena, com cerca de 0,2%.

Para mudar esse quadro, é preciso construir um ambiente de negócios baseado na legalidade, no planejamento, na previsibilidade das regras e no desenvolvimento sustentável. Fortalecer a bioeconomia na Amazônia, e também em outros Biomas, significa investir em pesquisa e desenvolvimento de produtos locais e conectá-los a cadeias de valor já consolidadas, como a Zona Franca de Manaus. Essa articulação cria escala, atrai investimentos e abre mercados para produtos da sociobiodiversidade, mostrando que a floresta em pé também pode ser caminho de crescimento.

O potencial não se limita à Amazônia. Os demais biomas brasileiros também têm muito a ganhar com uma estratégia nacional de bioindustrialização, capaz de diversificar a produção e ampliar a presença do Brasil no mercado doméstico e internacional. Ao estimular a inovação tecnológica local e a agregação de valor na origem, essa estratégia mantém a riqueza gerada pela floresta nas regiões produtoras, promovendo desenvolvimento econômico, inclusão social e conservação ambiental de maneira integrada.

### **IX. Alavancar Pesquisa & Desenvolvimento de Tecnologias Verdes e sistemas de capacitação**

O Brasil tem cartas na mão para liderar a pesquisa e o desenvolvimento (P&D) de tecnologias que enfrentam as mudanças do clima. Nossa matriz energética é uma das mais limpas do mundo, temos décadas de experiência com biocombustíveis e uma riqueza de recursos naturais que poucos países detêm. Soma-se a isso uma legislação que exige das empresas do setor energético o investimento de 1% da receita líquida em P&D. Isso já coloca o país em posição diferenciada para transformar ciência em produto, serviço e desenvolvimento.

Essas vantagens se traduzem em campos de alto potencial, como hidrogênio verde, captura e armazenamento de carbono (CCUS), soluções baseadas na natureza, bioeconomia, biocombustíveis avançados, combustíveis sintéticos, mobilidade elétrica, baterias e bioinsumos agrícolas. O CEBDS destaca que o Brasil pode ocupar a fronteira tecnológica global nessas áreas e, com isso, fortalecer a competitividade de seu setor empresarial. A aposta certa em P&D climático não é custo: é alavanca de crescimento e emprego de qualidade.

Para orientar esse caminho, é preciso aproveitar melhor os dados climáticos que o Estado já disponibiliza, como os das plataformas DataClima+ e AdaptaBrasil. Elas são insumos valiosos para as empresas decidirem com mais segurança, mas ainda podem ganhar em organização e facilidade de uso. Criar espaços consultivos que ajudem a interpretar essas informações, mensurar riscos e encontrar oportunidades na transição para a economia de baixo carbono torna o conhecimento acessível e aplicável no chão de fábrica, no campo e na cidade.

Nenhuma dessas transformações avança sem gente preparada. A capacitação da força de trabalho e a interiorização de profissionais qualificados são passos decisivos para levar conhecimento técnico a quem mais precisa. Cursos de skills verdes, especialmente na Região Norte, onde vive-se um bônus demográfico local, podem formar mão de obra capaz de produzir soluções adaptadas a cada território. Esse saber traduzido em ação fortalece a sociobioeconomia, ajuda a adaptar municípios às mudanças do clima e constrói infraestrutura mais resiliente para todos.

### Eixo 3. Financiar a Transformação

A transição para uma economia de baixo carbono exige volumes crescentes de financiamento. Estimativas da UNFCCC indicam a necessidade de cerca de US\$ 1,3 trilhão por ano até 2035 para mitigar os impactos da mudança do clima em escala global. Para viabilizar esse fluxo de recursos, o CEBDS defende o aprimoramento da eficiência do gasto público climático, elevando a efetividade e o impacto das despesas governamentais, e, de outro, o fortalecimento dos canais de investimento em finanças sustentáveis do setor privado, por meio do desenvolvimento de mecanismos nacionais que facilitem o direcionamento de capital para projetos verdes.

Nesse contexto, o CEBDS estabelece duas prioridades principais neste eixo:

- (i) o fortalecimento de mecanismos de finanças sustentáveis, por meio da implementação do mercado de carbono e da taxonomia sustentável brasileira, com o objetivo de orientar e ampliar a alocação de capital privado; e
- (ii) a promoção de maior eficiência e eficácia dos gastos públicos voltados a subsídios verdes, assegurando que os incentivos gerem, de fato, reduções nas emissões brasileiras.

Na análise desses dois pilares, o CEBDS propõe como indicador central para este eixo: **o volume de financiamento destinado à agenda climática**. Este indicador seria composto por três dimensões: (a) o montante de recursos alocados em despesas classificadas no eixo de mudanças climáticas, conforme metodologia do estudo “Classificadores do Gasto Público”, do Ministério do Planejamento e Orçamento; (b) os recursos mobilizados nos mercados de carbono, tanto no mercado voluntário quanto no SBCE, cuja implementação deve avançar nos próximos quatro anos; e (c) o volume de investimentos enquadrados na Taxonomia Sustentável Brasileira.

Embora esse indicador agregado não capture diretamente a qualidade dos investimentos, públicos ou privados, ele pode servir como uma *proxy* relevante para mensurar a escala dos recursos mobilizados pelos mecanismos em consolidação. Além disso, permite avaliar se a metodologia adotada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento contribui para uma revisão sistemática dos gastos públicos com impactos ambientais positivos.

A seguir, apresentamos mais detalhes sobre as duas propostas do eixo Financiamento da Transição para uma Economia de Baixo Carbono.

#### X. Fortalecer as finanças sustentáveis

Nenhuma das mudanças propostas nos eixos anteriores acontece sem recursos, regras claras, confiança para investir e programas governamentais que consigam direcionar o dinheiro para a conservação da natureza e para a descarbonização. O próximo governo precisa avançar na estruturação de instrumentos

financeiros que viabilizem a transição de baixo carbono, fortalecendo o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), a Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB) e o programa EcoInvest como pilares de uma política climática nacional e de uma estratégia de desenvolvimento competitivo.

Para colocar o mercado de carbono em funcionamento, é preciso avançar na operacionalização do SBCE com regras claras, governança perene e um sistema robusto de MRV. A distribuição inicial de permissões deve estimular o desenvolvimento do mercado, enquanto a preparação da plataforma de leilões e a realização dos primeiros leilões criam as condições para que o preço do carbono seja transparente e atraia investidores. Ao mesmo tempo, a articulação com empresas de capital aberto fortalece a Taxonomia Sustentável Brasileira e ajuda a direcionar recursos para projetos de baixo carbono.

O EcoInvest e a consolidação das finanças sustentáveis completam essa arquitetura, oferecendo previsibilidade regulatória e atraindo capital para o Brasil. Com regras estáveis, o país pode escalar investimentos em tecnologias e projetos de baixo carbono, fortalecendo a competitividade da indústria e acelerando a transformação produtiva. Esses instrumentos são pilares de uma política climática nacional e de uma estratégia de desenvolvimento sustentável: cada real investido, público ou privado, precisa gerar mais resiliência, mais inovação e mais prosperidade para os brasileiros.

## **XI. Buscar eficiência e eficácia dos gastos públicos para subsídios verdes**

O Brasil viveu nos últimos anos uma expansão fiscal que exigirá um movimento de retração do gasto público para reorganizar as contas e reduzir a dívida pública. Nesse contexto, um relatório do Ministério do Planejamento e Orçamento, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, mostra que os recursos públicos voltados a mudanças climáticas, biodiversidade e gestão de riscos e desastres não têm crescido de forma estável: oscilam bastante conforme o ciclo orçamentário. Essa instabilidade reforça a importância de olhar com mais cuidado para cada real investido e garantir que o dinheiro público realmente entregue resultados.

Nesse cenário, o setor privado pode ser um grande aliado para tornar as políticas públicas mais eficazes. Ao ajudar a direcionar incentivos econômicos e fiscais de forma mais eficiente e atrelada a resultados concretos, as empresas ampliam o impacto de cada investimento. Prevenir grandes desastres, por exemplo, custa menos do que correr para reparar danos depois que eles acontecem. Planejar com antecedência riscos climáticos não é apenas mais seguro, é também uma escolha economicamente mais inteligente.

As quatro Coalizões do CEBDS (Agricultura, Energia, Minerais e Transportes) e os planos setoriais do Plano Clima já apontam caminhos para a alocação de recursos públicos na descarbonização da economia brasileira e para a criação de incentivos ao setor empresarial. O CEBDS se coloca como um laboratório de consulta e experimentação, conectando governo e setor produtivo para desenhar, testar, monitorar e retroalimentar incentivos com base em resultados observáveis. O objetivo é reduzir ineficiências, fortalecer o aprendizado e fazer com que os subsídios verdes gerem impacto real e mensurável para o Brasil.